



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR nº 85, de 2003.

Acrescenta o parágrafo 3º ao art. 52 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, dispondo sobre prazos para publicação de relatório resumido de execução orçamentária.

Autor: Deputado POMPEO DE MATTOS
Relator: Deputado WASNY DE ROURE

RELATÓRIO

O projeto em epígrafe pretende acrescentar o § 3º, com dois incisos, ao art. 52 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. O preceito dispõe sobre prazos para publicação de relatório resumido da execução orçamentária, previsto no art. 165, § 3º, da Constituição, hoje previsto na LRF em 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre para todos os entes da Federação, estendendo o prazo para as “prefeituras municipais”, que consolidam até 02 contabilidades, em até 45 (quarenta e cinco) dias, e em até 60 (sessenta) dias para aquelas que consolidam mais de 02 contabilidades.

É o relatório.

VOTO DO RELATOR

O PLP 85/2003 pretende alterar critério temporal relevante para a concretude do princípio da publicidade do gasto público expresso na exigência do constituinte de 1988 da publicação de relatório bimestral da execução orçamentária e financeira públicas.

O PLP, ao alargar os prazos para divulgação dos relatórios resumidos da execução orçamentária, dá tom dissonante com os princípios orientadores ínsitos na LRF como o da transparência e o da tempestividade da informação na Administração Pública. Um dos maiores inimigos da gestão é a intempestividade das informações gerenciais, o que impossibilita o conhecimento dos fatos e as



CÂMARA DOS DEPUTADOS COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

tendências da política administrativa que podem e devem ser corrigidas, se revelarem inadequadas à melhor gestão pública, e por descaracterizar o estado patrimonial do ente.

Com a procrastinação pretendida pelo PLP, o controle social propiciado pelos relatórios tornar-se-ia extemporâneo, dificultando a adoção de medidas corretivas tanto pela administração quanto pela sociedade.

Tornou-se uma constante a administração pública ter o hábito de não institucionalizar o controle contábil no próprio ente da prefeitura delegando tal tarefa à contratação de prestação de serviços de terceiros. A contabilidade institucionalizada mantém registro, controle, transparência e preserva a história das gestões.

Vamos além, urge regulação por lei complementar, da obrigação de contabilidade própria por todas as prefeituras. A prefeitura não tem caráter finito, portanto, é uma entidade como uma empresa que, embora possa alternar seus dirigentes mantém contínua a contabilidade, vez que ela expõe à sociedade, o estado patrimonial e também a história econômica da empresa e ou da prefeitura, tudo em homenagem ao princípio da continuidade e impessoalidade da Administração.

Cada novo chefe de poder que assume deve manter o grau de controle necessário à transparência das suas ações na gestão pública e, para isto, a contabilidade é fundamental. Esta deve ser organizada, sistematizada e absolutamente transparente a todos, observando *standards* comuns a todos os entes, inclusive para fins de consolidação das contas nacionais.

O presente projeto abre precedente para o esgarçamento de outras exigências essenciais, presentes na LRF, potencializando dificuldades ou limitações temporárias ou localizadas .

Portanto, o projeto não se coaduna com os propósitos da LRF ao dificultar o planejamento das ações públicas, restringir a prevenção de riscos e subsequente correção de desvios, retirando a tempestividade dos relatórios, subtraindo-lhes a transparência oportuna, necessária à avaliação e controle da responsabilidade da gestão fiscal, e, finalmente, permitindo o surgimento de passivos ocultos.

Nos termos do art. 32, IX, h, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cabe a esta Comissão o exame dos “aspectos financeiros e



**CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO**

orçamentários públicos de quaisquer proposições que importem aumento ou diminuição da receita ou da despesa pública, quanto à sua compatibilidade ou adequação com o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual.”

A matéria tratada no projeto em exame não tem repercussão direta ou indireta nos Orçamentos da União não tendo impacto quantitativo financeiro ou orçamentário públicos.

Diante do exposto, somos pelo não implicação da matéria em aumento de despesa ou diminuição da receita ou da despesa pública, não cabendo pronunciamento quanto aos aspectos financeiro e orçamentário públicos do Projeto, e, no mérito, pela rejeição do PLP nº 85, de 2003.

Sala da Comissão, em de abril de 2005.

Deputado WASNY DE ROURE
Relator